

Bancos pedem política econômica mais coerente para emprestar mais

Rio — Para que o Brasil volte a receber empréstimos dos bancos credores estrangeiros precisará acima de tudo, definir um programa econômico coerente, factível e com metas bastante claras, e chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em torno das principais linhas da política econômica a ser seguida nos próximos anos.

Estas condições foram definidas ontem pelos economistas que integram o subcomitê técnico do comitê dos principais bancos credores da dívida externa brasileira, em reunião mantida com economistas da Fundação Getúlio Vargas, durante cerca de três horas.

Na reunião com os economistas brasileiros, o grupo de técnicos estrangeiros deixou claro que o governo brasileiro precisa definir uma programação econômica realista e que leve em consideração a tendência da sociedade brasileira de aceitar taxas elevadas de inflação. Eles mencionaram que a França é exemplo de país capaz de suportar altas taxas de inflação, mas tem ojeriza ao desemprego, ao contrário da Alemanha, que aceita um certo desemprego, mas rejeita uma inflação elevada, certamente traumatizada pela lembrança da hiperinflação dos anos 30, que contribuiu inclusive para implantação do regime nazifascista.

Para os economistas dos bancos credores do país, é fundamental que o programa econômico brasileiro inspire total confiança na comunidade financeira internacional, sendo implícito que para isso será necessário que o governo reduza seus gastos.

Com a concordância de seus colegas brasileiros, os economistas estrangeiros manifestaram-se convictos de que nenhum programa de ajustamento econômico será completado em um ano. Eles enfatizaram ajustar-se sem traumas a medidas de maior rigor no campo eco-

nômico. Implantar o programa de ajustamento em prazo menor poderia criar um problema social muito grave, como reconheceram unanimemente os integrantes do subcomitê de bancos credores, com a concordância dos economistas da Fundação Getúlio Vargas.

Houve também unanimidade de que as metas da inflação precisam ser revistas pelo governo brasileiro, sendo impossível de atingir os 90 por cento fixados na primeira carta de intenções firmada com o FMI. Os economistas estrangeiros deixaram claro que 90 por cento de inflação não constituem uma taxa factível e que por isso mesmo deveria ser substituída por uma estimativa inflacionária mais adequada à realidade econômica do país.

Alguns dos integrantes do subcomitê dos bancos credores reconheceram como válida a posição defendida pelas autoridades brasileiras, quanto à aprovação de critérios do FMI no tocante ao déficit público. O principal ponto da discordância gira em torno da aceitação ou não do crescimento da dívida pública interna com a publicação da correção monetária sobre os títulos que vencem nos próximos anos.

Os economistas estrangeiros foram questionados, por seus colegas da Fundação Getúlio Vargas, sobre uma possível redução do fluxo dos recursos externos, diante da decisão do Congresso norte-americano de limitar a participação financeira dos Estados Unidos no FMI. Eles responderam que isso não constituiria problema, pois os bancos privados teriam flexibilidade para superar os efeitos daquela restrição. Também manifestaram a seus colegas brasileiros seus reconhecimentos quanto ao esforço governamental para executar um programa de ajustamento da economia, cujos primeiros indícios são o pacote das estatais e a atual posição da taxa de câmbio.